

5



- *As Cidades são como as Mulheres:
é preciso amá-las e tratá-las bem para entendê-las*

Capítulo 5 *As cidades são como as mulheres: É preciso amá-las e tratá-las bem para entendê-las*

As mulheres e a cidade de São Paulo

Caracterização de São Paulo e sua relação com os municípios da Área Metropolitana de São Paulo do ponto de vista das mulheres

A cidade de São Paulo tem de ser entendida como uma megalópole que apresenta profundas contradições. A Área Metropolitana de São Paulo (e adotamos aqui o conceito desenvolvido por Flávio Villaça, em substituição ao de Região Metropolitana de São Paulo) tem 8.051 km² e é composta por 39 municípios, em que vivem cerca de 18 milhões de habitantes, com alto índice de adensamento urbano. Sua ocupação e expansão ocorreram de forma rápida, para algumas e alguns, desplanejada e, para outras/os, planejada.

Em nosso ponto de vista, deve ser entendida como planejada, sim, na medida em que existem normas e regras que foram criadas e são respeitadas. Há quem argumente que, se a ordem não puder ser chamada de Pública, então não existe ordem, só caos. Na organização do espaço em nossa Área Metropolitana, podem ser apontados muitos elementos de ordem, é claro que em detrimento dos interesses da maioria da população, mas que têm plena vigência porque estão de acordo com os interesses econômicos do mercado imobiliário e financeiro. Não podemos nunca esquecer que, enquanto o Estado for instrumento apenas da defesa de interesses cuja satisfação leva à perpetuação de injustiças, dificilmente o planejamento participativo, também objeto de nossa reflexão, terá seu espaço garantido.

A cidade de São Paulo é reconhecida como uma aglomeração de significação internacional, mas não chega a ser ainda uma das cidades globais que articulam as economias internacionais, ao contrário do que preconizam certos ideólogos apressados da modernização cosmética. Conta nossa metrópole, é verdade, com espaços densamente ocupados e equipados, nos quais predomina uma cultura global cujo símbolo é o consumo intensivo de bens e serviços, mas convive com espaços de extrema miséria, mais de 2.000 favelas e loteamentos irregulares, em que mal sobrevivem mais de 400 mil superpobres¹, dos quais a maioria são da cor negra comprovante ser uma sociedade racista e em que as mulheres e negras as mais discriminadas ainda.

Num panorama em que têm acesso ao consumo apenas os que controlam o poder econômico e político, e com a extraordinária velocidade dos processos de urbanização e metropolização, foram criadas cada vez mais desconomias de aglomeração. Concentra-se aí maciçamente uma população que, em sua maioria, não possui poder aquisitivo, o que tem como conseqüência a ampliação da brecha entre a cidade real e a cidade legal.

O que chamamos de “cidade real” constitui, na prática, um obstáculo para a integração global, porque não será possível manter essa situação de ver-

¹ Cebrap, 2003.

dadeiro apartheid social sem o recrudescimento da violência urbana. Violência, cujo caldo de cultura, formado pela miséria, precariedade das condições de vida, ausência de perspectivas e falta crônica de trabalho, o que é agravado pelo "desemprego tecnológico", originado, por sua vez, pela mesma globalização, que gera os anseios, em grande parte ideológicos, por uma "cidade mundial" e que tem feito a cidade real crescer cada vez mais, ocasionando a degradação humana e ambiental.

Captando aspectos relevantes desse fenômeno, pesquisa recente desenvolvida pela Prefeitura Municipal de São Paulo constata que a cada oito (8) dias nasce uma nova favela em São Paulo. Enquanto a população total da cidade cresceu 60% entre 1973 e 1987, a população favelada cresceu mais de 100%². É essa crise generalizada e a transformação constante da cidade, em direção a rumos muitas vezes não desejados, que forma o pano de fundo diante do qual iniciamos e encerramos este trabalho.

Mas, enfocando a questão por um outro lado, as metrópoles devem ser vistas como centros de crescimento econômico nos quais a acumulação de economias externas fomenta investimentos públicos e privados, e aí o monopólio da terra contribui decididamente para a formação de capital privado por meio do mercado imobiliário. Por isso, ao pensarmos um critério de planejamento urbano que se afasta daquele feito sob a égide do Estado e das empresas capitalistas, estamos tocando num ponto estratégico para o funcionamento do sistema econômico atual como um todo.

Nesse processo, as deseconomias e externalidades³ negativas aí geradas não apenas se convertem em fatores adversos para o desenvolvimento humano, aumentando o grau de desemprego e o fenômeno da feminização da pobreza, como também se apresentam materialmente como degradação do meio ambiente urbano. É dentro deste quadro, em que o modelo metropolitano tradicional reclama um novo paradigma de organização do espaço, que traçamos os objetivos de nossa pesquisa, e aí procuraremos discutir as localizações no interior do tecido urbano, assim como a constituição e os movimentos do espaço intra-urbano entendido como uma estrutura territorial⁴.

Desenvolvemos considerações sobre o espaço intra-urbano e a pouca atenção que tem sido dispensada a seu estudo, tanto pelo viés teórico como pelo empírico, do ponto de vista das relações sociais de gênero, dando ênfase às mulheres. Segundo Villaça, existe pouco interesse no Brasil por desenvolver estudos espaciais de nossas metrópoles, que, quando são realizados, limitam-se, em geral, às cidades (ou municípios) centrais das áreas metropolitanas.

Além disso, cabe destacar a inexistência de estudos sobre os aspectos comuns aos espaços urbanos das diversas metrópoles. Afinal, se todas áreas urbanas que interessam ser estudadas vêm sendo produzidas um mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico – os últimos 150

² Alva, E.N. *Metrópoles (in)sustentáveis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997, p. 12.

³ Id., *ibid.*, p. 15.

⁴ Villaça, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel-Fapesp-Lincoln Institute, 1998, p. 11.

anos –, sob um mesmo modo de produção dominante, mediadas pelas mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver, e há, muito aspectos comuns a seus vários espaços. Observações semelhantes podemos fazer em relação às relações sociais de gênero.

Os estudos realizados concluem, quase sem exceção, com a constatação de que todas as metrópoles têm, de um lado, uma área central mais bem atendida por equipamentos urbanos e onde mora uma minoria que participa da distribuição dos frutos do trabalho social, e de outro, uma enorme periferia, onde mora a maioria excluída dessa participação.

Baseamo-nos nas considerações desenvolvidas por Villaça, que dá amplitude e profundidade a sua análise por meio de uma dupla abordagem, a análise comparativa entre várias metrópoles⁵ e a investigação, dentro de um amplo período histórico, da formação dos espaços metropolitanos, de maneira que possam ser captados os aspectos efetivamente estruturais.

E o conceito de estrutura é usado aí pelo prof. Villaça com apoio em Roger Bastide (1971), que chama de estrutura um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma, que a alteração de um elemento ou de uma relação entre eles altera todos os demais elementos e todas as demais relações. As estruturas são dotadas de movimento, e o grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse movimento.

São considerados elementos da estrutura metropolitana o centro principal da metrópole (onde está a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior concentração de comércio e serviços), os subcentros (aglomerações diversificadas de comércio e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais e os mistos, ou melhor, os conjuntos que envolvem bairros residenciais – distribuídos segundo as diferentes classes sociais – e as áreas industriais.

Essa estrutura está imbricada a outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e os de saneamento. Entretanto, consideramos ser a primeira mais importante, pois inclui, incorpora e subjuga as demais, mais do que o contrário, embora, é importante que se diga, ela não possa existir sem aquelas.

Essa estrutura territorial mais importante também está articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a política e a ideológica. Como é sabido, estas, na concepção original de Marx (1977, 24), estão organizadas como “base” e “superestrutura”. Para não cairmos numa visão mecanicista, lembramos que a estrutura territorial é socialmente produzida e, ao mesmo tempo, reage sobre o social e interage com o território.

Foi sob a orientação desses conceitos que desenvolvemos nossa pesquisa de campo. E aí uma de nossas atividades principais consistiu em entrevistar mulheres, adotando como critério de seleção três modos de localização espacial:

⁵ *Ibid.*, p. 12.

- a) no Centro principal – em que se encontram o núcleo das jovens da União de Mulheres de São Paulo, as funcionárias do Hospital Menino Jesus, as funcionárias da Câmara Municipal de São Paulo e as da gráfica Paraíso
- b) nos subcentros das quatro zonas da cidade de São Paulo,
- a Norte, no Terminal Santana – e no final do Jaçanã o núcleo da União de Mulheres da Jova Rural
 - a Sul, no Largo Treze – núcleo da União de Mulheres da favela do Jardim Boa Esperança no Campo Limpo.
 - a Leste, no Terminal Tatuapé – as mulheres da Coordenação de Mulheres da Zona Leste, a Associação de Mulheres da Zona Leste, a Casa da Mulher da Cidade Patriarca e o Sindicato dos Metroviários
 - e a Oeste, no Butantã e Vila Dalva (UBS - Unidade Básica de Saúde) – as bancárias do Banco Bradesco do Butantã e no Terminal do Largo da Batata.
- c) assim como nos espaços de convivência dos que denominamos “Lugares de Mulher”.

Nessas entrevistas detectamos traços e transformações comuns a todas as estruturas territoriais analisadas; daí a importância da história territorial e da análise comparativa de várias zonas da cidade. Adotamos também em função disso os questionamentos desenvolvidos por Villaça, para saber, por exemplo, o que há de comum nos modos pelos quais se distribuem territorialmente as classes sociais, além das diferenciações sociais produzidas pela óbvia distinção entre centro e periferia. E, no conjunto dessas interrogações, quisemos sempre saber especificamente como estão e como se localizam as mulheres nessa variada distribuição espacial.

Segundo Villaça⁶, a chamada “decadência” – cuja “evidência” aos olhos do conjunto da população tem muito de ideológico, pois é fruto dos esforços empreendidos para desvalorizar certas regiões, para melhor valorizar outras... – do Centro principal é um processo comum a todas as regiões. Com base nessas sugestões, que para nós funcionaram como diretrizes, elencamos algumas determinações para melhor pensar a realidade urbana e social que está diante de nós:

1. Relacionar as transformações da estrutura territorial com as das estruturas sociais (lato sensu), e – o que é bem mais difícil – vice-versa. Em função disso, estudar que papel desempenham as classes sociais na estruturação territorial urbana.

Que peso tem a segregação espacial na dominação política e como ela influi na ideologia urbana? Em que consiste e como se dá essa dominação política através do espaço urbano? Que participação tem o espaço produzido na Bela Vista no fato de que inúmeras entidades de mulheres ali foram se localizando? Esse espaço tem relação com os valores e o estilo de vida de suas/seus moradoras/es? E, por sua vez, qual o significado desses valores e desse estilo de vida para a cidade?

⁶ *Ibid.*, p. 12.

2. Relacionar entre si as transformações dos diversos elementos das estruturas territoriais urbanas – os vários bairros, o Centro urbano, a estrutura de transportes, etc. – com os de outras estruturas articuladas.

A expressão “estrutura urbana”⁷ – e sua correlata – “reestruturação urbana” – têm sido vítimas de muitos abusos. “Estrutura urbana” tem sido frequentemente utilizada como sinônimo de cidade enquanto elemento físico, de cidade como um todo material, sem considerar a inter-relação entre seus elementos, aliás, sem considerar sequer que elementos são esses.

Constantemente se usa também o termo “reestruturação” para designar qualquer alteração do espaço urbano, sem maiores preocupações com os elementos espaciais daquela estrutura em particular e com as relações existentes entre eles.

O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação. É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos.

E isto se dá até mesmo numa intervenção feita no microespaço de um bairro, quando, por exemplo, se complementa uma rede de água e esgoto numa favela. O projeto vai interferir no cotidiano daquelas famílias, porque se imbrica em outras ações, como a remoção das famílias que estão sobre o córrego, remoção que deve ser feita sem que se alterem as relações sociais estabelecidas, que possibilitam às crianças irem à escola, as mães poderem deixar seus filhos na creche e as pessoas em geral poderem continuar com seus trabalhos.

Mas, ao lado da noção de estrutura, temos de lidar também com a de modelo. E aí Burgess (1968) nos interessa, pois foi um dos teóricos que tentaram descrever as estruturas territoriais urbanas por meio de “modelos”. Com isso dava mostras de ambição teórica e pretendia, até mesmo, dar conta dos movimentos da estrutura urbana.

Na apresentação que o prof. Villaça faz do trabalho desse pesquisador, ressalta que ele se baseou nos modelos teóricos de Homer Hoyt, os chamados modelos de “setores”. Considera esses modelos mais úteis do que parecem, desde que não sejam superestimados em sua finalidade e seu alcance. Villaça⁸, nessa sua obra que muito nos auxiliou, lança mão desse conceito para fazer algumas de suas análises dos processos históricos de constituição das estruturas territoriais metropolitanas.

As metrópoles modernas, ao serem estudadas, evidenciam nos processos de conurbação as direções preferenciais de crescimento da urbanização. E aí as condições de transporte aparecem como fator decisivo na estruturação do espaço urbano. É o fenômeno que está na origem do modo pelo qual se segregam as nossas burguesias urbanas. Esses processos destacam-se como os mais indicativos das estruturas territoriais metropolitanas da Grande São Paulo.

⁷ *Ibid.*, p. 13.

⁸ *Ibid.*, p. 14.

Para fazermos uma comparação, como as áreas industriais compõem-se de elementos cujas localizações são determinadas por forças externas aos espaços metropolitanos, a segregação espacial das camadas de alta renda surge como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas metrópoles.

É o que mostra de que modo, paralelamente ao lançamento e constituição destes bairros “nobres” ou condomínios fechados, surgem as aglomerações subnormais, como as favelas, tal como se dá, por exemplo, no caso do Morumbi e da Favela Paraisópolis.

Tanto as relações sociais de gênero, com destaque entre elas para as que tenham a participação das mulheres, como a questão intra-urbana são temas distintos e pouco abordados, e este trabalho, portanto, ao tentar dar conta, nos limites de suas possibilidades, de suprir essas lacunas, está marcado pela heterogeneidade, não só quanto aos temas propostos como no que diz respeito às análises. Na verdade, pautamo-nos mais por procurar dar início a uma reflexão que possa gerar futuros aprofundamentos.

Assim, procuramos produzir pequenos ensaios reflexivos, com conclusões ainda bastante superficiais, como uma forma a nosso alcance de enfrentar essa tarefa, cujas dimensões poderiam assustar outros pesquisadores que não tenham passado pela nossa experiência. Esses ensaios permitem apresentar estudos preliminares da pesquisa de campo abordando o modo pelo qual as mulheres percebem a cidade de São Paulo, os problemas e dificuldades que elas enfrentam e as mudanças sugeridas por elas.

Escolhemos o critério de utilizar, como categorias diferenciadoras de análise, as camadas de alta renda, de baixa renda e populares. Consideramos a ideologia dominante como a que caracteriza as classes de alta renda, e entendemos as chamadas “elites” sempre de um ponto de vista sócio-econômico.

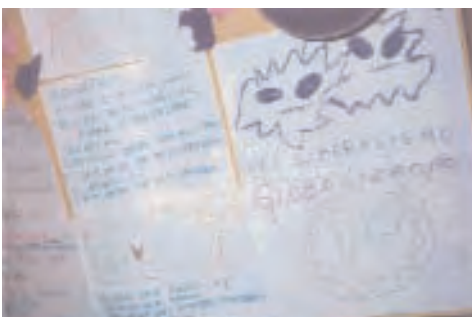
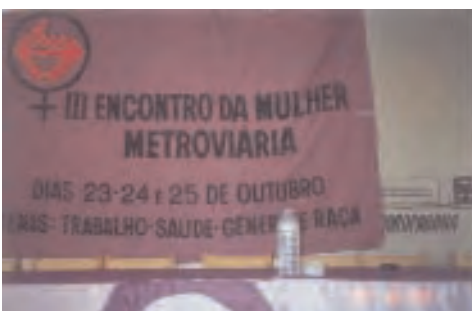
No entanto, conforme se avança no estudo, verifica-se que, se há diferenças entre classes de renda e classes sociais, essas são bem menores quando se consideram as regiões da cidade por elas ocupadas – que, aliás, nunca são totalmente homogêneas.

E fenômeno análogo se observa quando se tem em mira as relações sociais de gênero. As diferenças de classe não aparecem de modo tão marcante entre o público-alvo da pesquisa.

As perguntas dos questionários sendo feitas nas ruas, as mulheres a quem elas se dirigiram foram aquelas que utilizam geralmente esse espaço: as das classes de baixa renda e as das camadas populares, em sua maioria. Já as mulheres de classe média que responderam aos questionários eram mais organizadas e tinham antes se dirigido às entidades feministas. Estas eram sobretudo funcionárias públicas, especialmente médicas.



Fotos do arquivo da União de Mulheres de São Paulo - III Encontro da Mulher Metroviária.



Fotos do arquivo da União de Mulheres de São Paulo - III Encontro da Mulher Metroviária.

Quanto às mulheres que se identificaram como moradoras de favela, estas responderam à pesquisa na própria favela. Mas, entre as que deram suas respostas na rua, ninguém declarava se morava ou não na favela, provavelmente devido ao preconceito que cerca as/os faveladas/os.

Quantificamos e medimos os dados obtidos utilizando como critérios de distribuição dessas informações os indicadores de faixas de renda, qualidade das habitações e da infra-estrutura instalada, dando especial atenção nesse quesito ao saneamento básico e à iluminação pública. O importante é que na definição espacial fossem enquadradas as classes dominantes, pois estas comandam a estruturação do espaço.

Tendo isso em vista, é válido admitir que as espacialidades das classes ou camadas sociais não variam significativamente segundo os vários conceitos. O prof. Villaça afirma que, para Short (1976, p. 77), “o aspecto mais consistente que emana das ecologias fatorias da cidade tem sido a identificação de padrões de segregação com base no status social”. Mas nossa análise vai além, e constata que a segregação por sexo se dá em todas as camadas sociais, mesmo diferenciando-se de acordo com cada classe observada.

Não é difícil demonstrar-se que, em última instância, a discriminação não se diferencia, ela se dá simplesmente porque a mulher é mulher. Embora com distinções de grau, da mesma forma que entre operárias, no interior das profissões liberais ocorrem segregações, como, por exemplo, na medicina e no direito. É notório que poucas são as mulheres no Brasil que ascendem à direção de hospitais, a postos de comando quando se trata de direito administrativo e do Poder Judiciário.

As mulheres falam sobre a cidade de São Paulo

Este trabalho poderia ter por título “Por que ouvir as mulheres?”, pois aqui focalizamos as falas de quase 300 mulheres, e, ao fazê-lo, constituímos um foro em que são apresentadas as opiniões delas, com um resumo feito por gráficos, em que avaliam a cidade de São Paulo. Essas falas foram colhidas por meio de um questionário, que as levou a pensar a cidade de seu ponto de vista, comparativamente aos homens. Elas puderam também fazer desenhos sobre parques e praças – dando conta de como se sentem quando estão nelas e como gostariam que esses espaços fossem –, que aqui expomos para analisarmos seu imaginário em relação a esses equipamentos.

Mas a idéia de ouvir as mulheres na discussão das metodologias de planejamento urbano, como afirmamos anteriormente, surgiu ao participarmos, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1988-92), da Coordenadoria Especial da Mulher, em que foi criada uma Comissão de Mulher e Espaço Urbano, iniciando-se uma experiência que visava propor à Prefeitura de São Paulo a formu-

lação de políticas urbanas de forma que se pudessem incorporar pontos de vista de gênero, tendo por objetivo interferir na elaboração do Plano Diretor, que foi finalizado e aprovado neste ano de 2003. Vide capítulo VI.

Na Secretaria Municipal de Planejamento, também, havia uma decisão de mobilizar os técnicos⁹ de toda a máquina para a construção de um plano que realmente representasse os interesses e acordos já existentes entre os segmentos sociais. Com a população organizada, seria possível um pacto social de todas as forças no sentido de reorganizar a cidade. Mas não foi bem assim que as coisas se deram.

A Coordenadoria Especial da Mulher, órgão da Prefeitura ligado à Secretaria Municipal de Governo, porém, não foi convidada a participar desse processo. Nem as entidades de mulheres e feministas. Mas, recusando o conformismo, tomamos a iniciativa de procurar espaço para a interferência nessas discussões.

Ao mesmo tempo, havia a necessidade de discussões no interior do próprio movimento feminista, que era a retaguarda da Coordenadoria e que não teve pernas para acompanhar todas as discussões. As divergências e desentendimentos dentro da Coordenadoria, por outras questões, tornaram inviável a continuidade dessa experiência, cujo fracasso serviu de estímulo para que fôssemos novamente buscar na Universidade o terreno para desenvolver mais profundamente essa reflexão.

E, diante disso, a primeira idéia foi: vamos ouvir as mulheres! Organizadas e não organizadas. Para isso, elaboramos um primeiro questionário com questões abertas, que veio contribuir para que ampliássemos nosso horizonte, aproveitando as perguntas formuladas pelas próprias entrevistadas.

Quando estávamos em meio à pesquisa de campo, aproveitando a valiosa contribuição das companheiras da UMSP, principalmente nas primeiras 100 entrevistas, reencontramos nos arquivos dessa entidade dados referentes a uma outra pesquisa sobre a cidade de São Paulo de que tínhamos participado ativamente num momento histórico diverso.

Em 1985 a UMSP havia aplicado uma pesquisa com mulheres sobre o que elas queriam para a cidade de São Paulo, em preparação às primeiras eleições diretas para a Prefeitura, que se deu naquele ano. Era composto de 10 perguntas, e foram entrevistadas 260 mulheres.

Graças ao encontro não previsto desses novos dados, abriu-se a possibilidade de incorporar em nossos horizontes mais parâmetros, decorrentes da comparação dos enfoques presentes nos dois questionários, frutos de duas configurações históricas distintas.

Nossa preocupação na época era colher a opinião das mulheres, registrando o que elas esperavam em relação ao transporte, seu acesso a serviços de

⁹ Aqui não utilizo a expressão, mais precisa e mais correta, "as(os) técnicas(os)" porque na época a Secretaria Municipal de Planejamento não tinha essa preocupação. Atualmente já se percebe por lá uma diferença de sensibilidade.

saúde e a educação. E elas puderam também manifestar se gostaram de participar das discussões.

Mas tornou-se visível naquele momento que elas não revelaram a preocupação de pensar a cidade do ponto de vista de seu interesse próprio. Tanto é que nas respostas sobre a educação e saúde elas falaram mais dos filhos, fica claro que a necessidade dos filhos passa a ser a delas. Quanto ao transporte, reclamaram simplesmente da falta deste.

Mas nossa preocupação nesta pesquisa é dar prosseguimento a essa reflexão, tendo como objetivo que a mulher possa pensar nesses serviços urbanos, voltados para seu interesse específico, que a melhoria deles possa fazer parte de suas aspirações, que se tenha condições de colher a compreensão que ela própria atingiu sobre a cidade e as proposições que ela por si só formularia visando entender melhor como se inserem no contexto da vida urbana.

Assim sendo, fizemos de nosso trabalho um espaço em que as mulheres, usando as suas vozes, falam sobre a cidade de São Paulo.

Quem são elas

Foram entrevistadas 300 mulheres, de cujos depoimentos 282 foram aproveitados.

Bloco I – Perfil

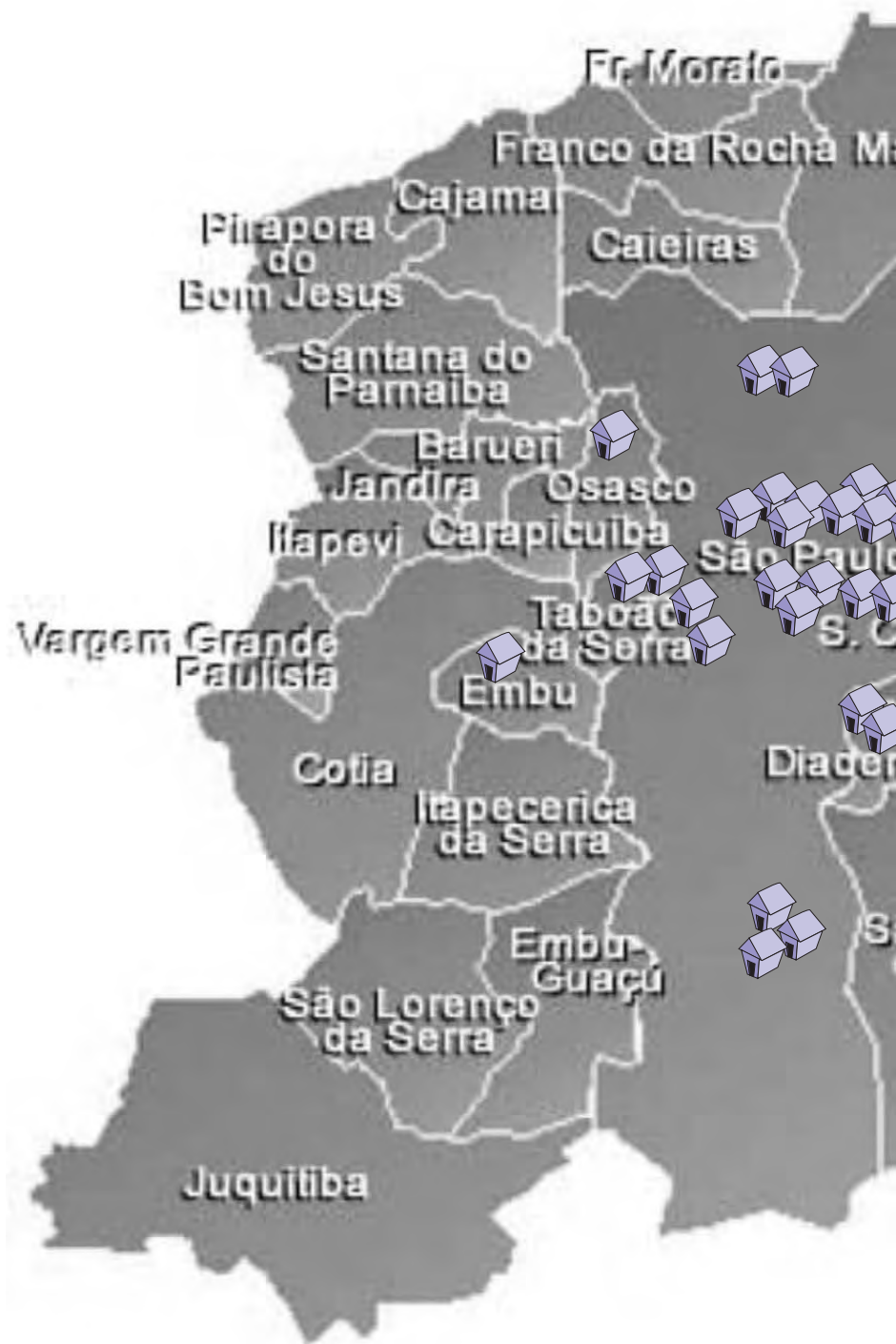
Distribuição espacial das mulheres entrevistadas segundo seu domicílio.

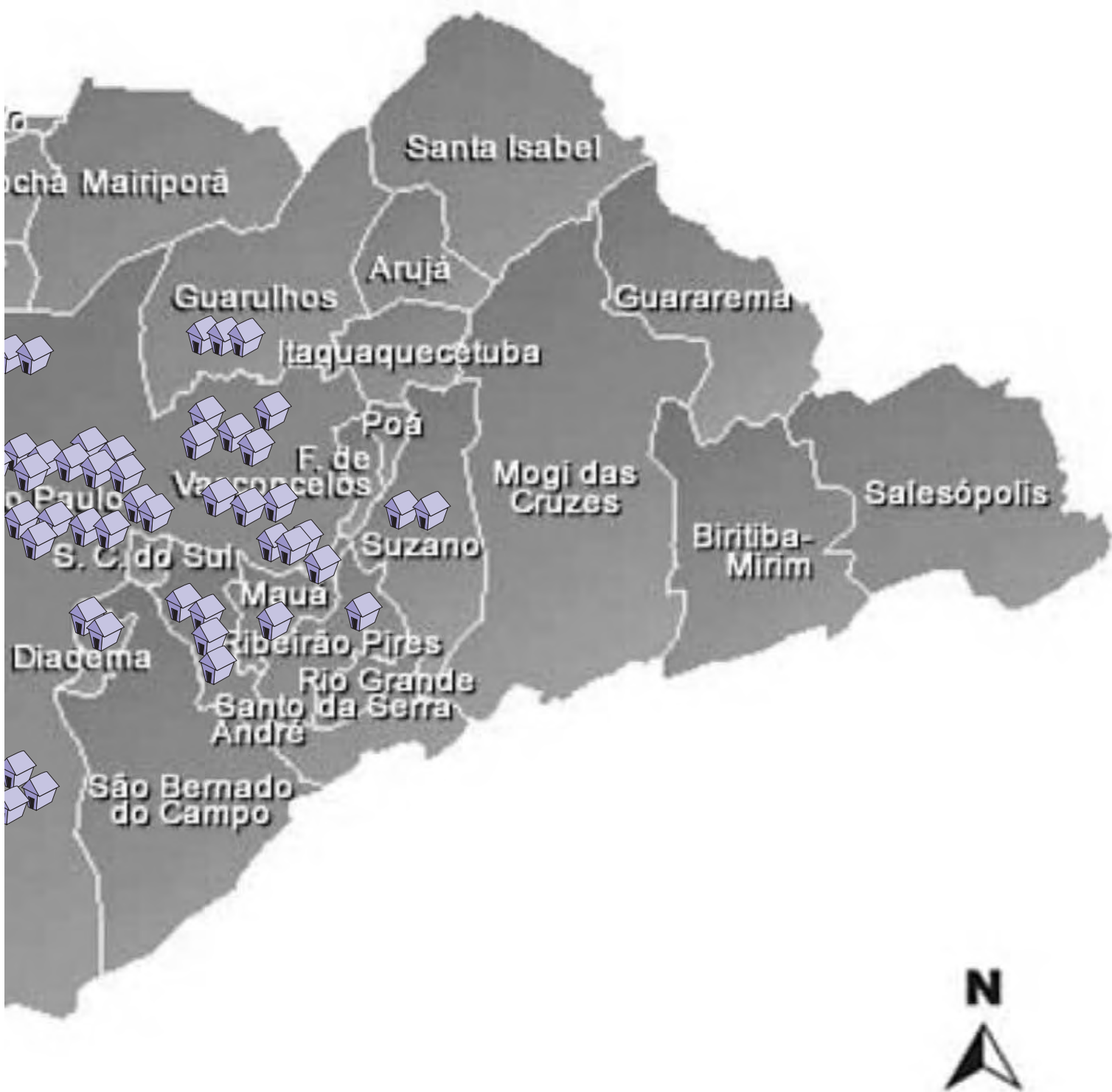
Mapa da área metropolitana e do município de São Paulo

Essas são as zonas em que as mulheres moram ou nas quais estavam no momento, seja porque ali trabalham ou porque estavam utilizando algum serviço desse local. Da Zona Sudoeste, uma entrevistada trabalhava em São Paulo, mas era moradora de Osasco. No Centro duas trabalhavam ali mesmo, no próprio Centro, mas moravam em Diadema, na Zona Sul. Uma outra morava em Diadema, e usava serviços de saúde em Santo Amaro, demonstrando que as mulheres também desenvolvem suas atividades num espaço amplamente distribuído na Área Metropolitana de São Paulo.

Lugares de Mulher

Espacialização dos lugares de mulher na área metropolitana de São Paulo





Quase metade das mulheres entrevistadas estava na faixa de 21 a 40 anos, a quarta parte delas, entre 41 e 50 anos, a sexta parte, entre 14 e 20 anos e a oitava parte, entre 51 a 71 anos.

Estado civil

Desse total, 107 mulheres estavam casadas, amasiadas ou se assumiam fazendo parte de uma união estável, 110 eram solteiras e 31, divorciadas, desquitadas ou viúvas.

Filhos

Em relação aos filhos, 41% delas tinham na época entre 0 e 2 filhos, 19% tinham entre 3 e 5 filhos, ainda 10% tinham 3 filhos e apenas 3%, mais de 5 filhos, havendo duas mulheres com 10 filhos.

Cor

Das que responderam, 47,5% disseram ser brancas, 1,5%, amarelas, 44% disseram ser negras, pardas, cafuzas, morenas e morenas-claras, e apenas 15% afirmaram ser negras.

Casamento

Quantas vezes casaram?

Até o segundo semestre de 1995, 46% casaram uma única vez, 9%, duas vezes, 33% nunca casaram, e apenas uma mulher diz ter casado três vezes.

Trabalho

Quando começaram a trabalhar?

O fato de a maioria das mulheres ser de origem popular explica por que a maioria delas iniciou a vida no mundo do trabalho muito cedo: 63,5% dos 7 anos de idade aos 20 anos. Só 18% o fizeram entre 20 e 35 anos, 4%, de 35 a 50 anos e 3,5%, depois dos 50 anos.

Quanto à renda mensal, para 87 mulheres, ela vai de zero a três salários mínimos, para 41 (14,5%), vai de três a cinco salários mínimos. Mais de cinco salários mínimos é o que recebem 180 mulheres (28%), e apenas seis (2%), mais de dez salários mínimos. E, no grupo inicial das 87 mulheres, 26 delas (9%) percebem até um salário mínimo.

Aprende-se com estes dados que 45%, quase a metade, das entrevistadas são das classes mais baixas, e um dado importante é que 24% das mulheres não quiseram responder à pergunta relativa a esse assunto.

Quanto à proximidade ou distância do trabalho em relação à moradia, apenas 113 mulheres revelaram dados a esse respeito. Para 54 (19%) delas, o tra-

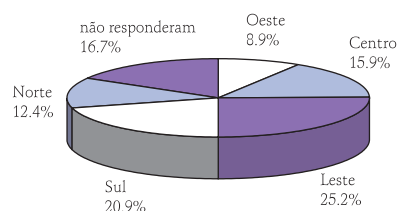


Gráfico 1. Distribuição espacial das mulheres entrevistadas segundo seu domicílio.

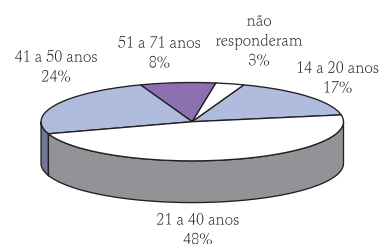


Gráfico 2. Faixa etária

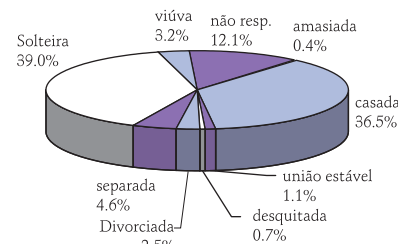


Gráfico 3. Estado civil

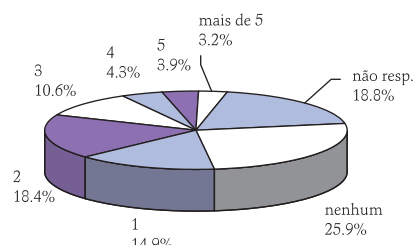


Gráfico 4. Quantidade de filhos

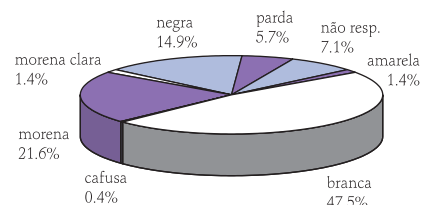


Gráfico 5. Cor

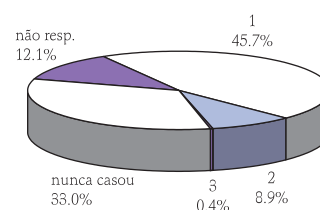


Gráfico 6. Número de casamentos

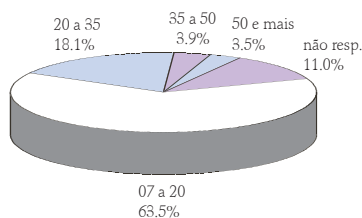


Gráfico 7. Idade em que começou a trabalhar

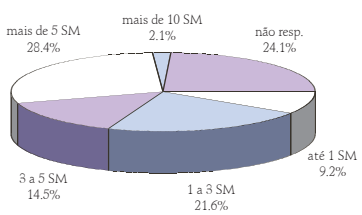


Gráfico 8. Renda mensal



Gráfico 9. Trabalham perto da moradia

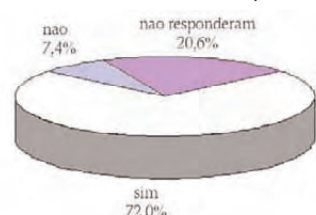


Gráfico 10. Têm carteira profissional

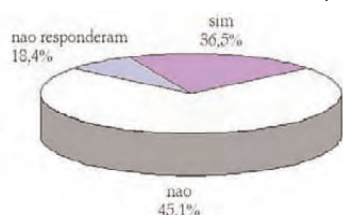


Gráfico 11. São registradas

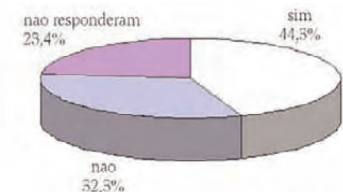


Gráfico 13. Achar que o fato de ser mulher determina a região de trabalho

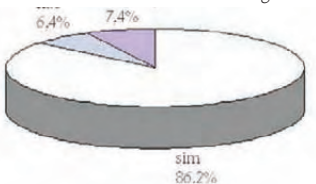


Gráfico 14. Motivo das que responderam "sim"

balho se dá longe da moradia, e para 48 (17%) ele está próximo de casa. Já 125 alegam que, para elas, o fato de ser mulher determina a região onde encontram trabalho, e 96 mulheres dizem que o motivo disso é a dupla jornada de trabalho, terem de dar conta da família e o marido.

No entanto, mesmo achando que o fato de serem mulheres é que determina a necessidade de trabalharem perto de casa, metade das mulheres trabalham longe da moradia e afirmam que não tiveram escolha, pois necessitavam do emprego.

Em relação à carteira profissional, 203 mulheres (72%) dispõem dela, mas apenas 101 (36%) delas estão registradas. Queremos, porém, destacar em relação a isso que 52 (18%) são funcionárias públicas, e, para elas, a carteira profissional não costuma ser assinada, 15 (5%) são autônomas, e uma (1) possui bolsa de estudo, não podendo, portanto, receber salários. Desse total quatro (4) são diaristas, 12 afirmaram que o empregador recusa-se a assinar a carteira, apenas uma (1) não acha importante o registro, e três (3) estavam desempregadas.

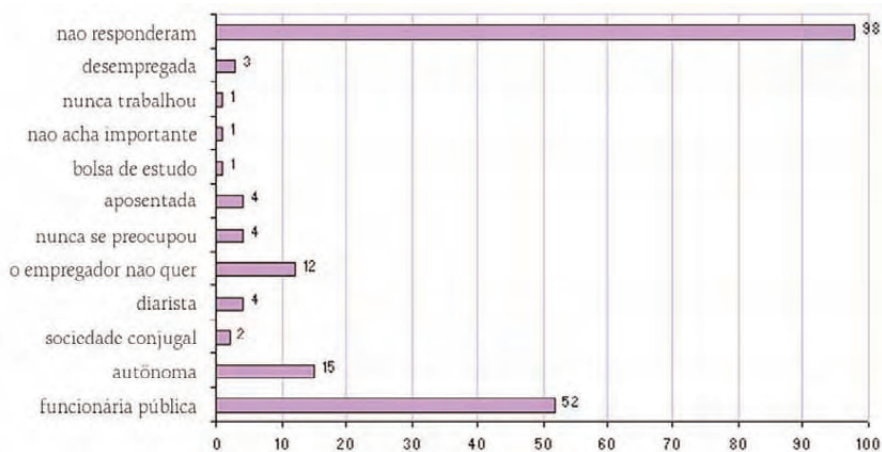


Gráfico 12. Motivos pelos quais não são registradas

Escolarização e estudo

Uma parcela relativamente grande, de 86%, ou seja, 213 mulheres frequentaram a escola, e somente 6% delas não (18). Sendo seis (6) analfabetas, e 17 (6%) apenas alfabetizadas. Destas (veja gráfico), 111 concluíram um ciclo. Entre elas, 38 mulheres concluíram o 1º Grau, 25, o 2º Grau e 58, o 3º. Uma grupo de 79 mulheres deixaram seus ciclos incompletos e 58 deixaram o 1º Grau, 19, o 2º Grau e 12, o 3º Grau. Apenas três mulheres cursaram o curso técnico, de nível médio. Seis (6) declararam ter cursado a pós-graduação, e duas (2) estão cursando mestrado e doutorado.

A maioria das mulheres, 62% delas (ou seja, 175 mulheres), declara que gostaria de estar estudando, e 23% (ou seja, 66 mulheres) não manifestaram esse anseio. Esta resposta vem demonstrar que as mulheres, em geral, desejam recuperar o tempo em que não tinham oportunidade de estudo.

Quanto aos motivos alegados por elas para desejarem estudar, 74 mulheres disseram querer aumentar sua cultura, 47, porque gostariam de se especializar e 43, porque seria bom atualizarem-se. Entre as 64 mulheres que responderam não querer estudar, para 45 delas o motivo é se acharem velhas e, para 19, é estarem cansadas.

Sobre o conhecimento de outra língua, a língua inglesa é mais conhecida: 77 mulheres afirmam conhecê-la. E a segunda é a língua espanhola: 28 mulheres a conhecem. Mas, significativamente, 160 mulheres, ou seja, 57%, não responderam à questão referente a esse tópico.

Em relação à computação, 70 mulheres, ou seja, 25%, declararam conhecer, 103 (36,5%) disseram que não sabem a respeito, e 53 mulheres confessaram-se mais ou menos informadas sobre isso. Pode-se concluir que, de fato, é baixo o índice de mulheres que conhecem as técnicas de computação, e muitas afirmaram ter dificuldades para incorporar esta tecnologia.

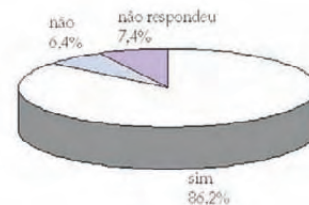


Gráfico 15. Estudaram

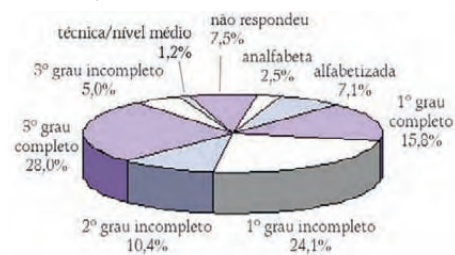


Gráfico 16. Nível de escolaridade

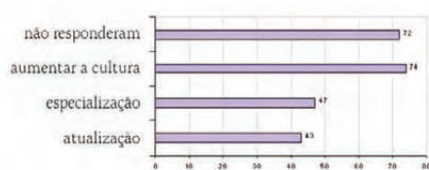


Gráfico 18. Motivos das que desejam estudar

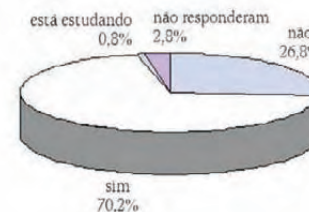


Gráfico 17. Gostariam de estar estudando no momento

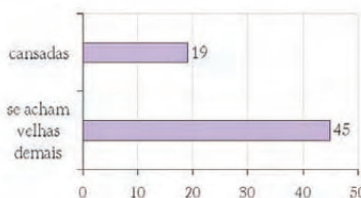


Gráfico 19. Motivos das que não gostariam de estar estudando

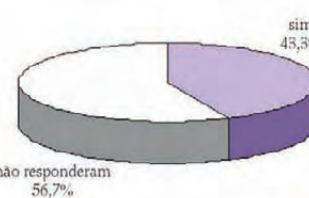


Gráfico 20a. Conhecem outra língua

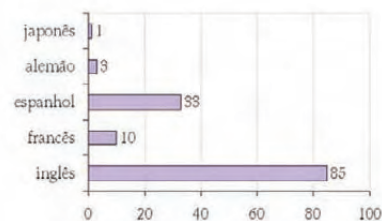


Gráfico 20b. Línguas que conhecem

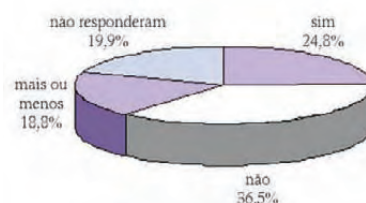


Gráfico 21. Conhecem computação

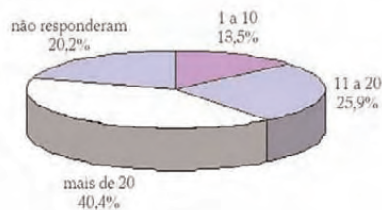


Gráfico 22. Tempo de residência na cidade de São Paulo (em anos)

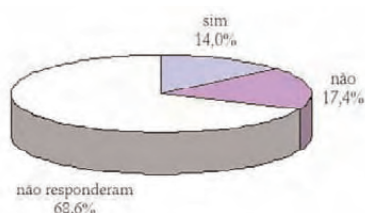


Gráfico 23. Moraram sempre no mesmo bairro

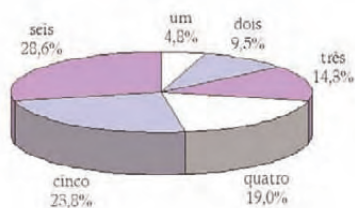


Gráfico 24. Número de bairros em que moraram



Gráfico 25. Motivos pelos quais decidiram morar em São Paulo

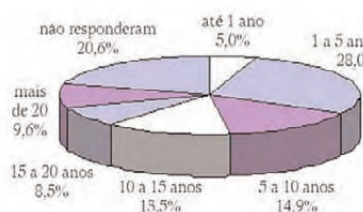


Gráfico 26. Tempo de moradia no endereço atual (em anos - ref. 1996)

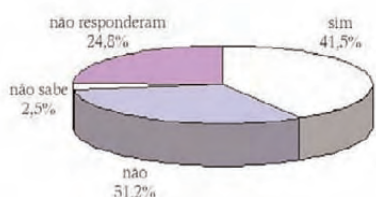


Gráfico 27. Pretendem mudar do local onde moram

Bloco II – Caracterização do motivo

Por que morar na cidade de São Paulo? E no bairro atual? Há quanto tempo mora nele? E, se pretende mudar-se, por quê?

Ficamos sabendo que 114 mulheres moram há mais de 20 anos na cidade de São Paulo, 73, entre 11 e 20 anos, 38 mulheres, entre hum (1) e 10 anos. Do total, 14,5% (41 mulheres) moraram sempre no mesmo bairro, e 18,0% (51 mulheres) não. A mudança de bairro é representada por um índice muito baixo: só dez (10) delas declararam ter morado em dois (2) bairros, quatro (4), em três (3) bairros, e quatro (4), em quatro (4) bairros.

Quanto à pergunta sobre por que elas decidiram morar em São Paulo, ela teve a intenção de avaliar se as mulheres decidem onde moram e por qual motivo. Esta foi uma questão aberta, em que 163 respostas revelaram que a sua vinda para São Paulo deu-se por motivos externos, sendo 85 as que afirmaram ter sido para trabalhar e para resolver problemas financeiros. Para quatro (4), o motivo foi o casamento, para doze (12), o motivo foi que assim os filhos teriam mais chances. Em 38 casos, foi a família que decidiu, sendo, em nove (9) deles, os pais os autores da decisão.

Por outro lado, 64 mulheres nasceram aqui, 26 delas gostam da cidade, três tomaram decisão própria, 20 ressaltaram que acham boa a infra-estrutura da cidade, e 42 respostas salientaram a cultura e o lazer da cidade como um motivo para permanecerem aqui.

Elas não mudam muito de bairro, mas mudam de endereço. Apenas 27 mulheres estão há mais de 20 anos no mesmo endereço, 62 delas estão entre 10 e 20 anos no mesmo endereço, 121 entre um e dez anos, e apenas 14 estão há somente um ano.

Quanto ao desejo de mudarem, 117 mulheres responderam que sim, e 88 mulheres disseram que não. É curioso sete mulheres terem respondido que não sabem. Isso significa que 42% delas não estão satisfeitas onde moram. Os motivos alegados são que o bairro é longe do trabalho ou ali falta infra-estrutura de lazer. Gostariam de morar em bairros mais centralizados, com maior infra-estrutura.

Bloco III – Caracterização das condições

Como é vista a habitabilidade, a qualidade das moradias, da infraestrutura e dos serviços

Quanto à quantidade de pessoas por domicílio, 72 unidades habitacionais abrigam de uma (1) a três (3) pessoas, sendo 12 unidades com uma só pessoa morando, 39, duas pessoas, 29, três pessoas. Mais de 67 unidades habitacionais abrigam quatro (4) pessoas e outras 67, cinco (5) pessoas. Vinte (20) abrigam seis (6) pessoas, oito (8) unidades habitacionais, sete (7) pessoas, sete (7) casas, oito (8) pessoas, três (3) têm nove (9) pessoas e uma (1) unidade habitacional, onze (11) pessoas.

Mais de 65% não contam com o trabalho de uma empregada doméstica, o que coincide com o perfil de renda que encontramos. Apenas 19,5% revelaram ter dentro de casa o auxílio de uma empregada doméstica.

Em relação à renda dos moradores, 81 mulheres disseram receber de um (1) a três (3) salários mínimos, 53 responderam que recebem de três (3) a cinco (5) salários mínimos, 69 mulheres, mais de cinco (5) salários mínimos e 42 delas, mais de 10 salários mínimos.

Depreendemos, da comparação com a renda salarial das mulheres, que apenas seis (6) mulheres sozinhas ganham mais de dez (10) salários mínimos, provavelmente as que são pós-graduandas ou fizeram o 3º Grau completo. E a renda familiar de 42 famílias, ou seja, sete (7) vezes mais as seis (6) mulheres sozinhas, é de mais de dez (10) salários mínimos.

A questão fundiária e de propriedade

Quanto à propriedade do terreno em que está sua moradia, 108 mulheres responderam ser próprio, 30 afirmam pagar aluguel, para 34 o terreno foi cedido e para 43 delas eles foi ocupado.

Habitação

Quanto à habitação que elas ocupam, 141 são casas, 78, apartamentos, e há 27 sobrados. Sendo 95 as moradias que foram construídas com a mão-de-obra contratada, 12 habitações pelo sistema de mutirão e 28 habitações por auto-construção.

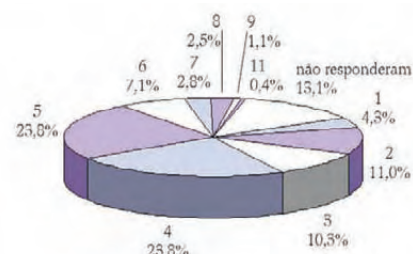


Gráfico 28. Habitantes por unidade habitacional (UH)

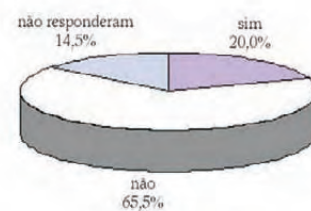


Gráfico 29. Têm empregada doméstica

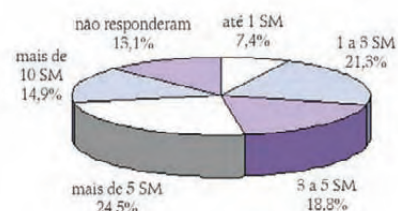


Gráfico 30. Renda dos moradores

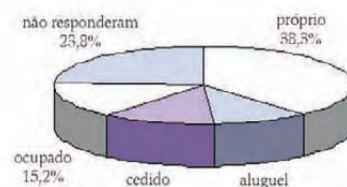


Gráfico 31. Terreno

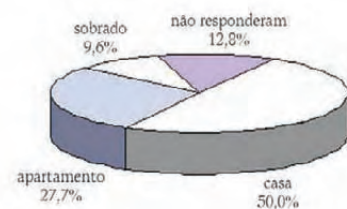


Gráfico 32. Tipologia da habitação

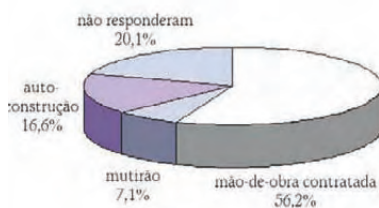


Gráfico 33. Método de construção

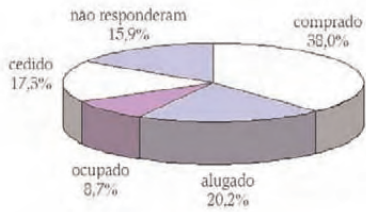


Gráfico 34. Forma de aquisição

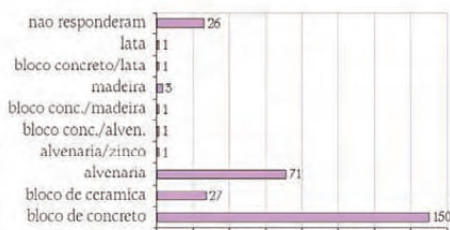


Gráfico 35. Material utilizado

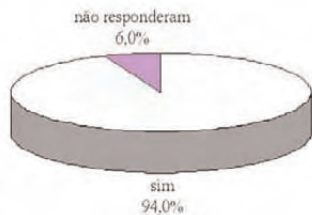


Gráfico 36. Existência do banheiro

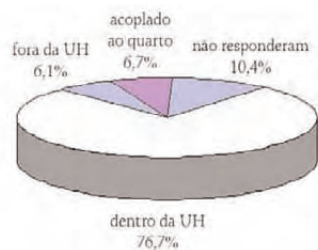


Gráfico 37. Localização do banheiro

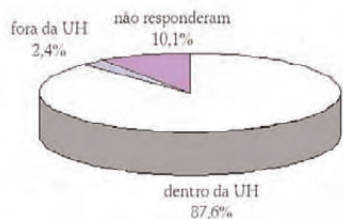


Gráfico 38. Localização da cozinha

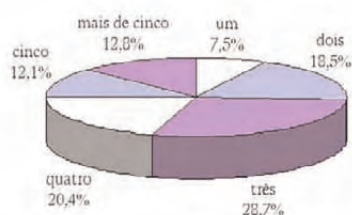


Gráfico 39. Quantidade de cômodos

A forma de aquisição de 79 habitações foi a compra, 42 habitações são alugadas, 18 das habitações foram ocupadas e 36, cedidas. Uma parcela de 53% delas, ou seja, mais da metade, é de blocos de concreto, 71 unidades habitacionais foram feitas de alvenaria, representando 25% do total, e 27 unidades, de bloco de cerâmica, ou 9,5%. Apenas três foram construídas com madeira, e um de lata.

Quanto ao saneamento básico, 93% das residências têm instalações sanitárias mínimas, isto é, o banheiro, e 44,5% afirmaram que este está localizado dentro da residência. Dez (10) disseram que o banheiro está fora da unidade habitacional, localizada em favela e em cortiço. Banheiros acoplados ao quarto foram relatados em apenas 11 casos.

Em relação à cozinha, apenas 152 mulheres responderam à pergunta abordando esse item, e 148 delas afirmaram que sua cozinha está localizada dentro da unidade habitacional, e quatro revelaram que sua cozinha está localizada fora da unidade habitacional.

No que diz respeito à quantidade de cômodos por unidade habitacional, sem considerarmos o banheiro, apenas 34 domicílios têm mais de cinco cômodos; 54, quatro cômodos; 75, cômodos; 49, cômodos e 20, apenas um cômodo. E apenas 34 moradias têm cinco cômodos, se não considerarmos a cozinha e a sala, cada quarto tem, pelo menos, duas pessoas. Podemos concluir que, do total, em 134 domicílios vivem entre quatro e cinco pessoas, e poucas são as que vivem em condições de conforto.

Infra-estrutura

De maneira geral é razoável a situação das entrevistadas com relação a esse item. Quanto à água e esgoto, por exemplo, de acordo com as declarações recolhidas, 91% das moradias têm rede de água instalada, mas, principalmente quando sua residência está situada na periferia, 63% das entrevistadas reclamam da falta de água. Nos bairros mais pobres, a água chega a faltar três vezes por semana. Consideramos que o índice de 63% para a falta de água é muito alto, o que revela um grande problema vivido pelas mulheres e, conseqüentemente, pela a população em geral.

O esgoto não cobre toda a demanda, e a rede chega a somente 86% das moradias. Até detectamos uma sem esgoto, embora situada em bairro servido por rede. Quanto ao funcionamento, 54% das mulheres afirmam que funciona, e apenas 2,5% dizem que vive entupido. Em relação à manutenção do esgoto, 30% afirmam saber que ela é feita, e 17% declaram não saber se isso ocorre de fato.

Quanto o conhecimento sobre que órgão realiza essa manutenção, apenas 26% das mulheres sabem que é a Sabesp. E 103 delas não responderam a essa pergunta. Neste ponto, demonstram grande desconhecimento, o que revela a distância do Estado em relação à comunidade que deveria servir.



Gráfico 45. Quem faz a manutenção do esgoto

Quanto ao asfalto, 66% das entrevistadas declararam haver pavimentação desse tipo em seu bairro. Na verdade, apenas 7%, ou seja, 19 unidades habitacionais não são beneficiadas por asfalto, 19% destes o asfalto está nas imediações.

Quanto ao lixo, a coleta é revelada como existente em 88% das respostas das mulheres. Esta tem sido a realidade da cidade de São Paulo, embora nos últimos tempos esta cobertura venha aumentando, principalmente na periferia já chega a 95%.

Em relação ao manejo do lixo no âmbito doméstico, na casa quem recolhe o lixo, de acordo com 154 respostas, são as mulheres, e, em 81 unidades habitacionais, a própria entrevistada. As restantes que se encarregam da tarefa, por ordem decrescente: a mãe (provavelmente das entrevistadas solteiras e jovens), a empregada, a faxineira, as filhas. Entre as 55 pessoas do sexo masculino que foram citadas como manejadoras do lixo no âmbito doméstico, também por ordem decrescente, em apenas 15 respostas aparece o marido, em três (3), o

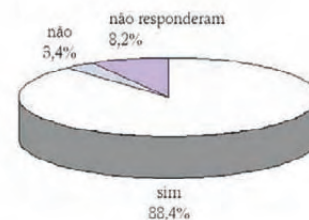


Gráfico 40. Existência da rede de abastecimento de água

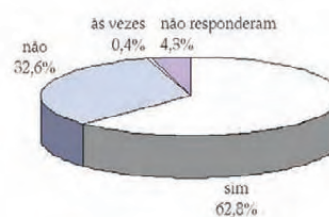


Gráfico 41. Falta água?

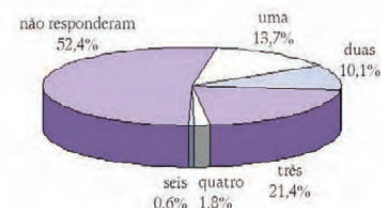


Gráfico 42. Número de vezes por semana que falta água

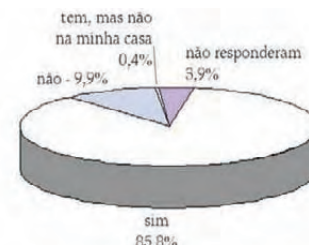


Gráfico 43. Existência de rede de esgoto no bairro

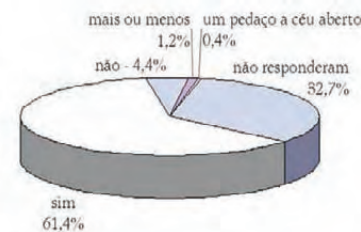


Gráfico 44. Funcionamento do esgoto

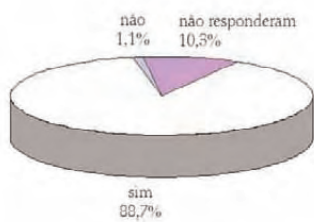


Gráfico 46. Existência da coleta de lixo

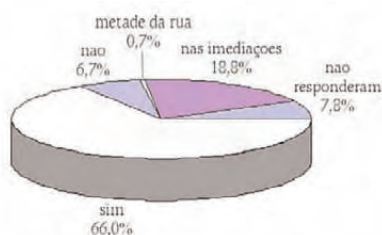


Gráfico 49. Se a rua onde moram é asfaltada

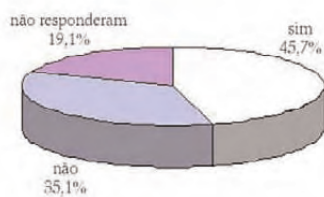


Gráfico 50. Existência de terreno baldio nas redondezas da casa

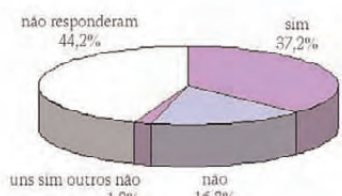


Gráfico 51. Se os terrenos baldios são murados

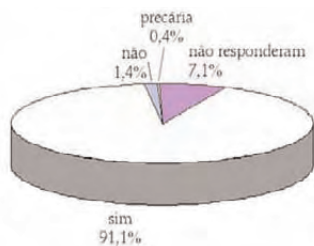


Gráfico 53. Existência de iluminação pública



Gráfico 54. Funcionamento da iluminação pública

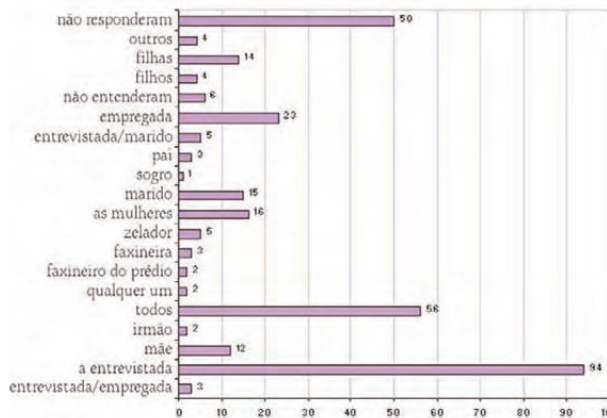


Gráfico 47. Quem recolhe o lixo em casa

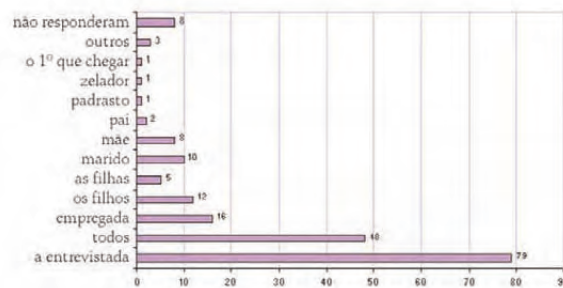


Gráfico 48. Quem põe o lixo para fora de casa

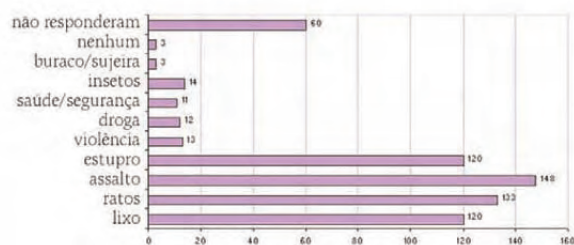


Gráfico 52. Problemas com os terrenos baldios

em dois, o pai; em um o padrasto; e em o zelador. E 48 disseram ser todos da casa, e oito não responderam.

Quando ao entorno da casa, nas imediações de 129 moradias consideradas existem terrenos baldios. Isto equivale a 46% dos casos; destes, 36% não estão murados. Foram levantados as seguintes possibilidades de problemas, em ordem decrescente: 148 opiniões levantam a probabilidade de assaltos; 133, o perigo de ratos; 120, a ameaça concreta de estupros; 120, o problema do lixo, além de violência, insetos, consumo de drogas, ameaças à saúde e à segurança.

Nessas respostas fica evidente que, entre todos os problemas levantados que ameaçam toda a população, aparece a especificidade da situação da mulher, pois o perigo que mais a atinge em potencial, o estupro, está em terceiro lugar, com 120 respostas.

pai, em quatro (4), os filhos (só como comparação: as filhas aparecem 14 vezes). Outros homens citados são o faxineiro e o zelador do prédio. E 50 das entrevistadas não responderam a essa questão.

Mas não resta dúvida de que as mulheres são quem mais lida com o lixo.

Quando a colocar o lixo para fora da casa, 108 respostas apontam que são as mulheres que fazem este trabalho, e destas em 79 dos casos é a própria entrevistada que o faz; em 16 casos é a empregada; em oito (8), a mãe; em cinco (5), as filhas. Quanto aos homens, em 26 respostas eles o fazem; e, destes casos, em 10 respostas é o marido que se responsabiliza pela tarefa; em 12, os filhos;

Quanto à iluminação, 91% das respostas afirmaram que são beneficiadas com este item da infra-estrutura, mas quatro afirmaram que não têm iluminação pública em sua rua, e uma diz que é atendida, mas precariamente.

Em relação ao funcionamento, 77% das entrevistadas responderam que funciona, e 28% disseram que não. Declararam que esse serviço interfere na locomoção das pessoas, em 134 respostas, e 109 afirmam não interferir. Das que responderam que interfere, 41 respostas confessam medo de andar no escuro, 33 respostas relacionando a falta de luz com a violência, e dizendo não saírem de casa quando não existe iluminação pública.

Controle social dos serviços públicos e privados

Em relação a recorrerem a algum serviço para reclamar a falta deste, 203 entrevistadas revelaram que são as mulheres que fazem as reclamações, e apenas 20 responderam ser o homem. Perguntadas sobre por que isso acontece, muitas disseram que os homens são folgados, não se preocupam com a qualidade de vida e esperam tudo das mulheres. Elas costumam recorrer à Subprefeitura, às concessionárias de luz, Sabesp, Procon, Telesp (Telefônica), aos serviços de saúde, às delegacias de polícia e à vigilância sanitária. A maioria avalia que até são bem atendidas, mas o problema não é resolvido; e apenas 15% disseram ser mal atendidas.

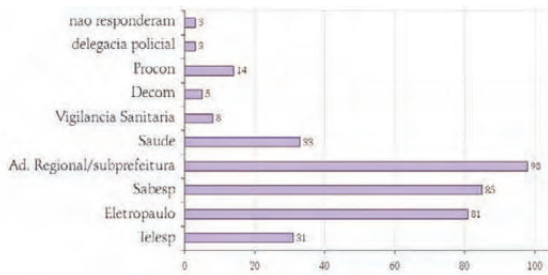


Gráfico 58. Onde reclamam

O serviço bancário recebeu 111 respostas dando conta de que seus serviços são regulares; 51, de que são ruins; e 51, de que são bons; e 11 declararam serem péssimos.

Propõem acabar com as filas, em primeiro lugar, deixando as filas só para boy/girl e motoqueiros. Dizem que o tratamento tem de melhorar, falta lugar para sentar, os serviços só favorecem a quem tem dinheiro (e não pode ser pouco), que seria importante existir um esta-

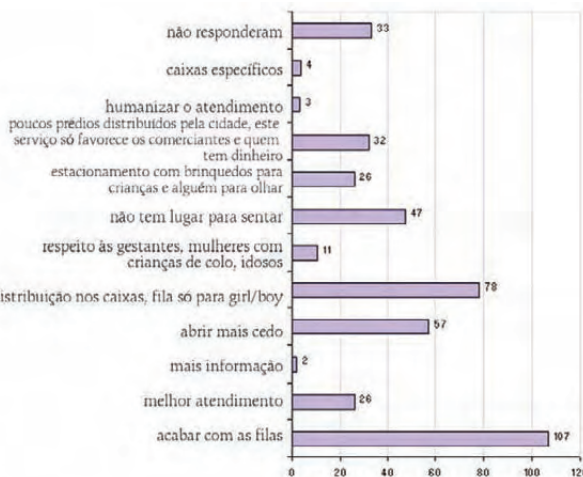


Gráfico 61. Propostas de mudanças para os bancos

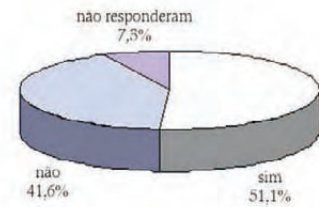


Gráfico 55. Se a iluminação das ruas interfere na locomoção

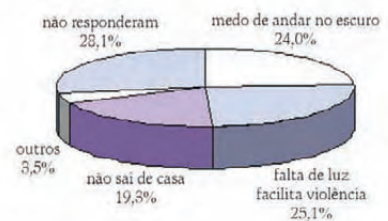


Gráfico 56. Motivo pelo qual a iluminação interfere na locomoção

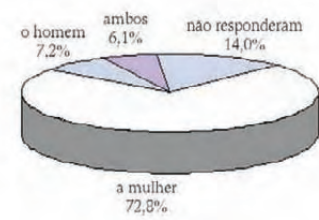


Gráfico 57. Quem reclama quando falta algum serviço

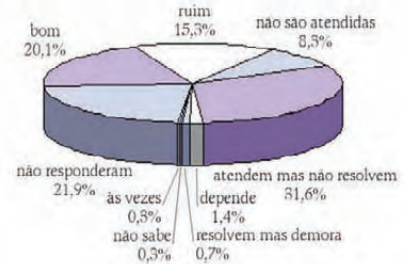


Gráfico 59. Qualidade do atendimento

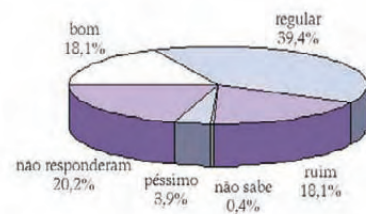


Gráfico 60. Qualidade do atendimento nos bancos

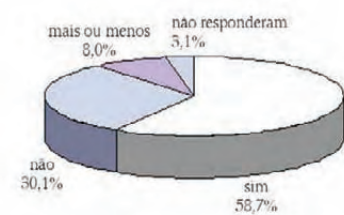


Gráfico 62. Utilizam a informatização dos bancos

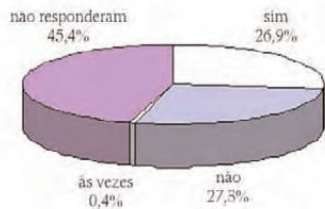


Gráfico 64. Utilizam o banco 24 horas

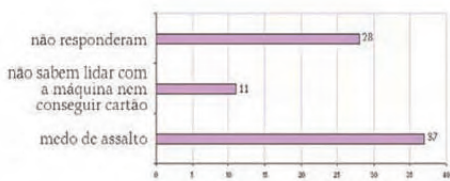


Gráfico 65. Motivos das que não utilizam o banco 24 horas



Gráfico 66. Avaliação da iniciativa de informatização dos bancos

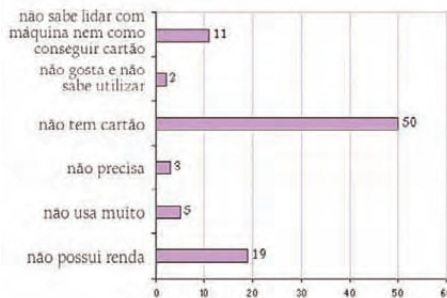


Gráfico 63. Motivos de não utilizarem a informatização dos bancos

Das entrevistadas apenas 60% utilizam a informatização, e 30% não utilizam. O motivo é possuírem cartão e renda suficiente. Apenas duas revelam não saber utilizar a informatização. E 90 delas não responderam. Já sobre as caixas de banco 24 horas, 67 disseram utilizar, e 68 não; 113 não responderam.

Quanto às que responderam não, o motivo é o medo, em primeiro lugar; e, em segundo, é não saber utilizar a máquina, nem como conseguir o cartão.

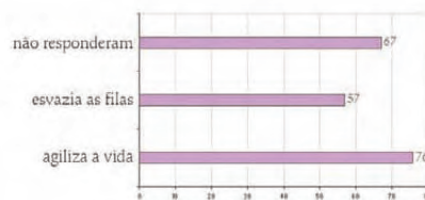


Gráfico 67. Motivos das respostas afirmativas

cionamento com brinquedos para crianças e alguém para olhá-las, como acontece em alguns shoppings. São 57 respostas propondo que abrisse mais cedo.

Avaliam que esses serviços sejam uma boa iniciativa, porque agilizam a vida, esvaziam as filas. Apenas nove responderam que é uma péssima iniciativa, porque desemprega as pessoas. Disseram: a minha opinião, além de fazermos o serviço, pagamos por isto.

Avaliam que esses serviços sejam uma boa iniciativa, porque agilizam a vida, esvaziam as filas. Apenas nove responderam que é uma péssima iniciativa, porque desemprega as pessoas. Disseram: a minha opinião, além de fazermos o serviço, pagamos por isto.

Transporte

O deslocamento, a acessibilidade e a mobilidade das mulheres

Das entrevistadas, 183 utilizam transporte para locomoverem-se, e 116 utilizam um único transporte (observar gráfico). A maioria utiliza o ônibus; em segundo lugar, condução própria; depois vem o metrô, e a locomoção a pé. O táxi é o menos usado: apenas duas responderam afirmativamente. As mulheres que gastam entre uma e duas horas no transporte para o trabalho são 60; 39 gastam de 30 a 45 minutos; e 69, de 5 a 25 minutos.

Os maiores problemas levantados a respeito das conduções são a superlotação; em seguida, vêm a demora, a falta de respeito aos idosos, o trânsito intenso, a falta de segurança. E também a falta de respeito dos motoristas. O fato de ser mulher faz com que se enfrentem mais problemas que os homens nas conduções.

Apenas 76 mulheres, das entrevistadas, dirigem automóveis. Para levarem os filhos à escola, 48 o fazem a pé, e 81 utilizam o metrô, carro, ônibus e perua. As mesmas dificuldades aparecem quando se trata de ir ao serviço de saúde: 43 vão ao médico de ônibus, 20 a pé, e 25 de automóvel.

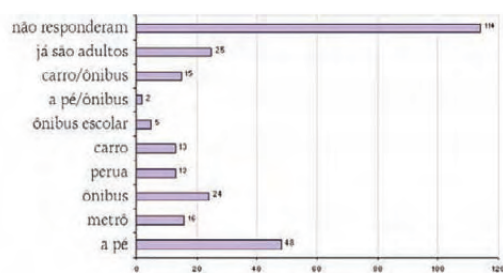


Gráfico 72. Problemas nas conduções

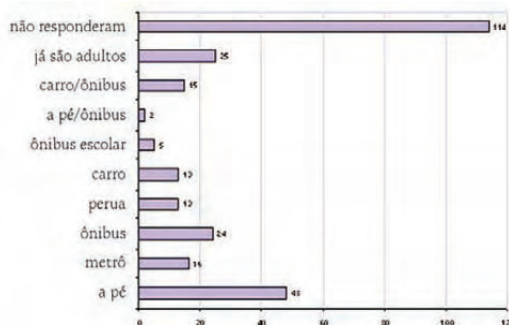
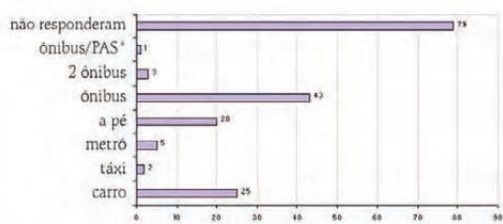


Gráfico 75. Formas de locomoção para levar os filhos à escola



* PAS foi o programa de saúde na época do Maluf em 1994 que locomovia paciente das unidades básicas para os centros de atendimento especializados.

Gráfico 76. Formas de locomoção para o médico

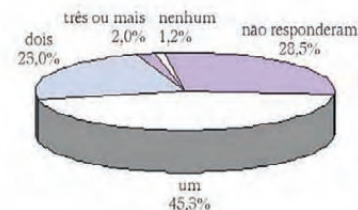


Gráfico 68. Número de transportes para o trabalho

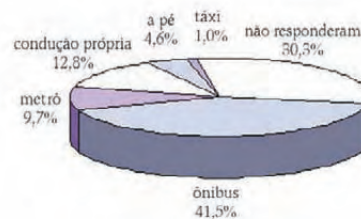


Gráfico 69. Tipo de transporte

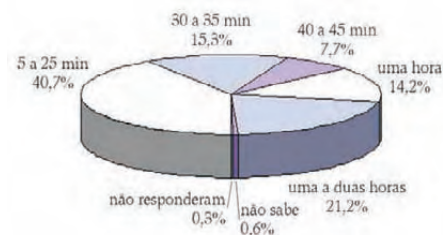


Gráfico 70. Total de tempo para chegar ao trabalho

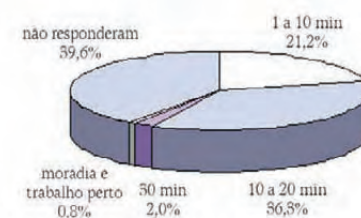


Gráfico 71. Tempo a pé para o primeiro transporte

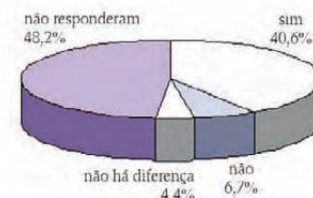


Gráfico 73. Se o fato de ser mulher faz enfrentar mais problemas que os homens na locomoção

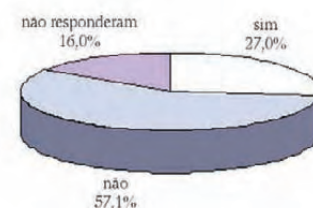


Gráfico 74. Dirigem automóvel

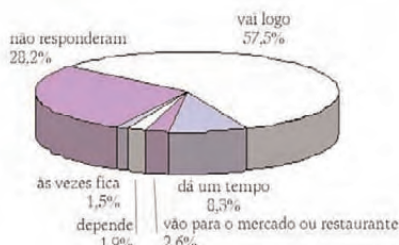


Gráfico 78. O que fazem quando saem do trabalho

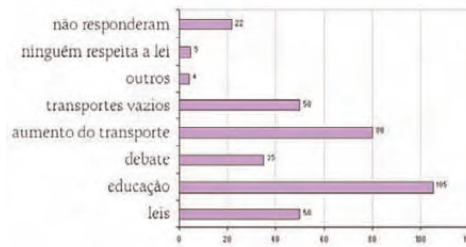


Gráfico 77. Sugestões para ações do governo

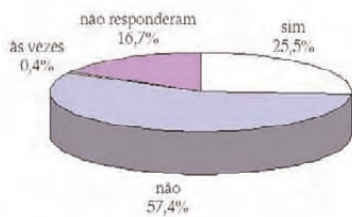


Gráfico 79. Assistem TV

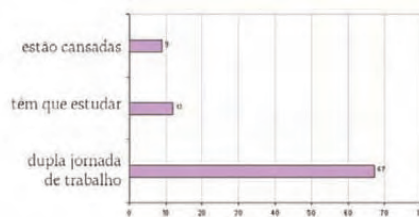


Gráfico 78b. Motivos das que vão embora logo

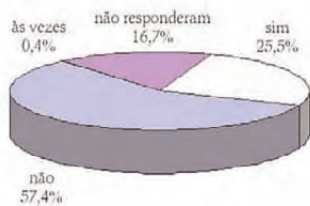


Gráfico 80. Vão ao cinema

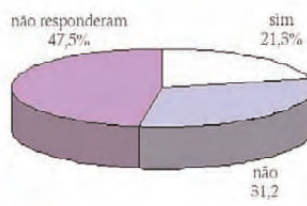


Gráfico 81. Vão a shows

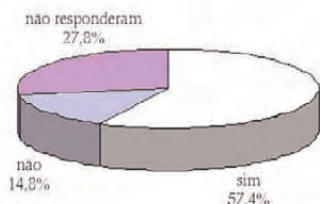


Gráfico 82. Vão a clubes

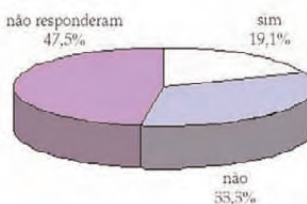


Gráfico 83. Vão ao teatro

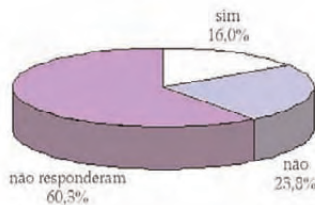


Gráfico 84. Vão a parques

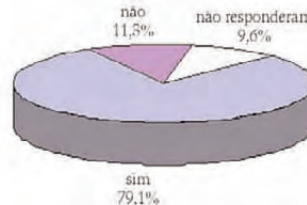


Gráfico 85. Vão a praças

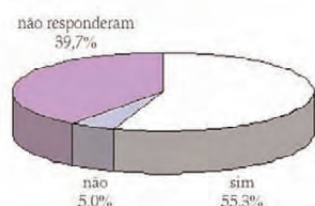


Gráfico 86. Fazem visitas a parentes e amigos

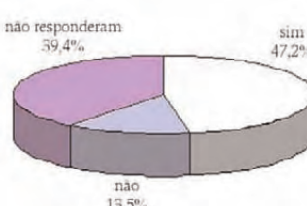


Gráfico 87. Conversam com as vizinhas

Sugestões de políticas públicas

As sugestões que as entrevistadas fazem para o governo são melhoria na educação, aumento do transporte, mudança nas leis. Reivindicam meios de transporte vazios e reclamam do fato de ninguém respeitar as leis e seus corpos.

Bloco VI – Lazer

Prevíamos – com base no conhecimento de sua história e condições de vida, ou seja, sabendo da discriminação que sofrem, e tendo sua vida controlada pela família, quando solteira, e pelo marido e filhos, quando casadas – que as mulheres iriam revelar que, quando saem do trabalho, vão logo para a casa, porque, além de tudo, ainda têm a dupla jornada de trabalho. E foi confirmada essa nossa previsão: 148 responderam que vão logo para casa, 67 delas justificam com a dupla jornada de trabalho, dez destas porque vão estudar e nove porque estão muito cansadas.

As que dão um tempo para si são muito poucas, alegam que ficam mais tempo para esperar o ônibus esvaziar, porque é superlotado ou precisam fazer compras. Pouquíssimas responderam que vão a um restaurante ou param para conversar com os colegas – estas são as solteiras. Só para comparar, os homens, independentemente de seu estado civil, é normal que, depois do trabalho, parem em um boteco para espalhar. Daí podemos inferir que as mulheres que casam têm um comportamento diferenciado do

dos homens, que, tanto faz seu estado civil, não se vêem obrigados a ir para casa imediatamente após o trabalho.

A TV é o lazer mais praticado pelas mulheres entrevistadas. A maioria não vai ao cinema, nem ao teatro, nem a algum show. A maioria também não frequenta parques. Elas vão a praças, fazem visitas a parentes e amigos, conversam com as vizinhas, viajam, passeiam pelas ruas, mas a maioria acompanhada. Apenas 18 mulheres revelaram fazer outros tipos de lazer, como natação, leitura, ginástica, ouvir rádio e música, escrever cartas, e, apenas uma, o mergulho. Uma delas afirma que seu lazer é ir à igreja. Para outras, a ida ao parque e às praças tem o objetivo de levar as crianças para brincar. Apenas as mais jovens vão em grupos passear nos parques e nas praças.

Bloco VII – Violência e segurança

As entrevistadas consideram a cidade de São Paulo mais violenta para as mulheres do que para os homens. Questionam o assédio sexual nos ônibus, metrô e trens. Recomendam que os governos desenvolvam campanhas de redução dos homens para que respeitem o corpo da mulher.

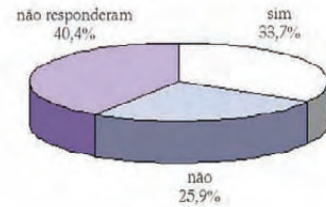


Gráfico 88. Viajam

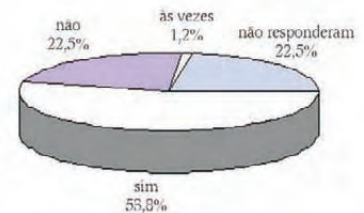


Gráfico 89. Passeiam pelas ruas

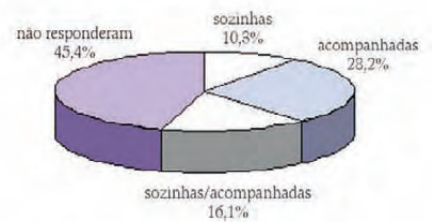


Gráfico 89b. Como passeiam

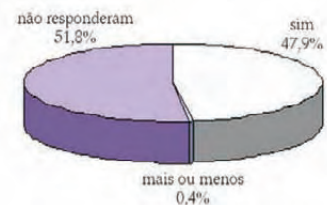


Gráfico 90. Se a cidade de São Paulo é violenta

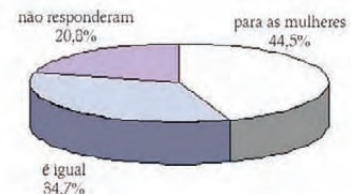


Gráfico 91. Se acham que é mais violenta para homens ou mulheres

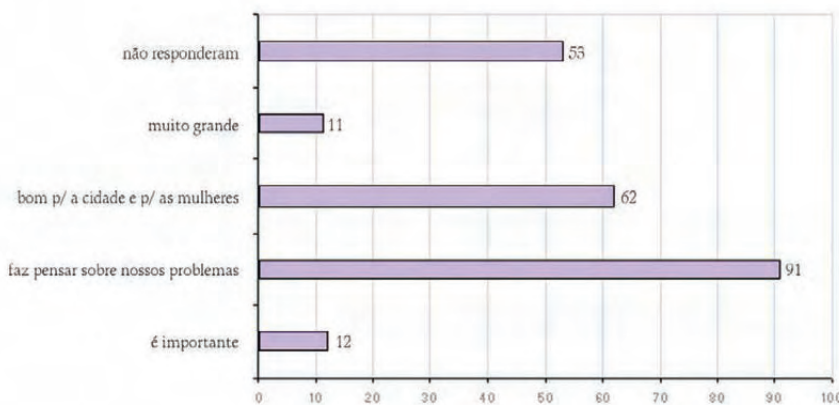


Gráfico 92. Avaliação do questionário